

IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE: EXAMES NACIONAIS E (IM)POSSIBILIDADES

Marta Santos¹, Ilídia Cabral²

martafsanos@gmail.com, icabral@porto.ucp.pt

^{1 2} Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.

Resumo

O impacto dos exames nacionais na prática letiva do professor e na qualidade das aprendizagens dos alunos é um assunto que continua a merecer reflexão e preocupação por parte dos agentes educativos. A plena convivência entre uma aprendizagem de qualidade e os resultados da avaliação externa continua a ser questionável e alvo de alguns constrangimentos. Esta situação agudiza-se com a atual necessidade de ir ao encontro dos novos documentos estruturantes, nomeadamente os documentos que dizem respeito ao Perfil do Aluno e às Aprendizagens Essenciais. Existem inúmeras variantes que condicionam o processo de ensino e aprendizagem e que, muitas vezes, acabam por influenciar a prática docente. Neste sentido, o presente estudo de investigação pretende compreender melhor a influência da avaliação externa na identidade profissional docente, não só no modo como o profissional de ensino orienta as suas metodologias, mas também nas suas crenças e identidades pedagógicas. O estudo intenta, partindo do material empírico recolhido, promover uma reflexão aprofundada sobre a – aparente – dicotomia entre a identidade profissional docente, refletida maioritariamente nas práticas pedagógicas, e o modelo de avaliação externa do nosso sistema escolar. Foi dada voz a docentes que vivem esta realidade – através de inquérito por entrevista – esclarecendo, numa realidade e contexto escolar específicos, se o elemento

“avaliação externa” exerce uma pressão efetiva no modo de ensinar do professor, isto é, se é possível encontrar evidências empíricas deste fator na sua identidade profissional, nomeadamente se esta se encontra efetivamente limitada por este modelo de certificação de aprendizagens. Os resultados mostram que os exames nacionais influenciam, de modo acentuado, a prática letiva docente e afastam os professores daquilo que percebem ser a sua identidade profissional, denotando, entrelinhas, alguns equívocos a respeito da percepção que alguns professores detêm do seu papel e do seu lugar enquanto agentes educativos.

Palavras-chave: exames nacionais; prática letiva; identidade profissional docente.

Abstract

The impact of national exams on teaching practice and student-learning quality is a subject that continues to merit reflection and concern from educational agents. Whether it is possible to achieve harmony between quality learning and the results of external evaluation is an issue that remains questionable and subject to constraints. This situation is exacerbated by the current need to meet the most recent structuring documents, namely those that relate to the Student Profile and Essential Learning. There are numerous variants that condition the teaching and learning process and that often end up influencing the teaching practice. Thusly, this research aims to better understand the influence of external evaluation on teachers' professional identity – not only in the manner in which the teaching professional structures their methodologies, but also in their beliefs and pedagogical identities. Based on the analysis of the collected empirical material, this study attempts to promote an in-depth reflection on the (apparent) dichotomy between professional teacher identity, reflected mostly in pedagogical practices, and the external evaluation model of the Portuguese school system. Teachers were surveyed via interview, in an attempt to explain whether - in specific school contexts - the "external evaluation" element exerts a substantial amount of pressure on individual teaching practices, that is, if it is possible to find empirical evidence on whether their professional identity is impacted or limited by this model of learning certification. Results show that national exams strongly influence teaching practice and distract teachers from what they understand to be their professional identity, suggesting certain misconceptions on what some teachers perceive to be their roles and purpose as educational agents.

Keywords: national examinations; teaching practice; teachers professional identity

1. Enquadramento teórico e concetual

1.1 Contexto educativo português

Nas últimas décadas assistiu-se a uma preocupação crescente por parte dos governantes em considerar a educação como um pilar estruturante da sociedade e do desenvolvimento. As várias reformas do ensino no passado recente confirmam isso mesmo. Ainda assim, apesar da escola de hoje garantir a acessibilidade para todos com a pretensão de sucesso, é urgente repensar a sua ação, nomeadamente os modelos de ensino e avaliação, tendo em consideração o atual contexto, bem como as necessidades de cada indivíduo. Neste sentido, as escolas de hoje são desafiadas a assumir novas dinâmicas organizacionais e os professores a perspetivarem a profissão como um novo compromisso.

Em sequência das múltiplas dimensões e competências que os jovens necessitam para prosperar no mundo atual assiste-se hoje, por parte do governo, a uma tentativa de mudança de paradigma educativo, com a elaboração de normativos e documentos de referência orientadores de novas (e, expectavelmente, mais eficazes) práticas educativas.

O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, homologado através do Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, constitui-se como um desses documentos de referência para a organização de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas, pretendendo contribuir para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular. Surgem, deste modo, as *Aprendizagens Essenciais (AE) – Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) homologadas através do Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho e ensino Secundário através do Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto* - como documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, conducentes ao desenvolvimento das competências inscritas no *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (PA)*.

Conciliar os pressupostos das AE com enfoque no PA e ainda garantir aprendizagens efetivas para a realização, com sucesso, dos exames nacionais, afigura-se como um cenário que, naturalmente, será causador de desconforto e preocupação junto da comunidade docente. Embora a adesão entusiasta de muitos professores a esta

escola, a escola que valoriza o espírito crítico e inovador, o facto é que sentem que a sua prática ainda está e, provavelmente, estará, profundamente condicionada pela avaliação externa em exame nacional.

Como refere Fernandes (2007), é através dos exames que o Ministério da Educação pretende controlar se o currículo nacional está a ser desenvolvido nas escolas de acordo com o previsto e monitorizar o sistema educativo, pois os exames podem permitir que as escolas prestem contas do seu trabalho à sociedade e à administração educativa.

Alves (2008) refere que:

[...] o sistema de exames organiza-se segundo uma lógica de regulação totalmente centralizada. O Estado, através das agências centrais (GAVE, DGIDC, IGE) concebe, organiza, acompanha, controla e avalia todo o dispositivo. Aparentemente estamos em presença de uma hiper-regulação central que asseguraria a igualdade, a equidade e a justiça. Mas é preciso notar que as instâncias centrais são atravessadas por racionalidades fracturantes e não agem segundo o padrão da unicidade. O palco do poder é por definição disperso e dispersivo havendo várias lógicas em competição (no interior das agências, nas áreas disciplinares que organizam os exames, inter- agências...) [...] (p. 77)

Alguns sistemas educativos atribuem aos exames funções de monitorização, usando os seus resultados para avaliar as escolas, que são ordenadas em listas de rankings a nível nacional.

1.2. Exames, culturas organizacionais e identidades profissionais

A construção da identidade profissional é um processo contínuo que decorre de um determinado contexto relacionando-se com as crenças sobre qual deve ser o seu papel e a sua função como docente.

Deste modo, compreende-se que o saber profissional do professor não se limita ao domínio de conhecimentos científicos relativos aos conteúdos curriculares ou das ciências da educação. O saber profissional resulta da "mobilização complexa, organizada e coerente de todos esses [conhecimentos] em torno de cada situação educativa concreta, no sentido da consecução do objetivo definidor da ação profissional - a aprendizagem do aluno" (Roldão, 2005, p. 18).

O professor se pretende que a sua ação seja profícua, terá de compreender o contexto em que trabalha.

Professores e alunos tendem a definir um percurso de ensino e de aprendizagem que permita, a uns e a outros, alcançar o maior sucesso possível, medido pelas classificações que venham a ser alcançadas. Esta pressão tem vindo a aumentar ao longo dos anos em todas as escolas, mas é talvez bem mais evidente no ensino privado, sendo os rankings uma das principais bandeiras – quando esta pode ser acenada – de qualquer escola do ensino privado. Daqui se conclui, naturalmente, que aos professores com disciplinas sujeitas a exame nacional está destinada uma maior pressão proveniente dos diferentes quadrantes da sua vida profissional, nomeadamente, a direção, os alunos e a família.

Ventura (2014) refere:

A avaliação externa dos alunos é vista, também, como uma forma de avaliar o trabalho dos professores e das escolas. Por isso nas escolas, e em particular nos grupos disciplinares, há uma grande preocupação pela gestão do currículo das disciplinas dos anos com exames nacionais, o que nem sempre acontece com as dos restantes anos de escolaridade (p.84).

Em modo de síntese, reconhecemos que os exames assumem um papel importante na prática do professor, sendo mesmo uma referência para a planificação das aulas. A questão essencial prende-se com a identificação das limitações destes instrumentos e, de igual modo, dos desafios que o atual modelo de exames coloca às escolas e às aprendizagens no sentido de podermos melhorar não só esse mesmo modelo, mas o desempenho das aprendizagens na própria escola.

2. Enquadramento metodológico

2.1. Problema e questão de investigação

O problema desta investigação surge numa perspetiva muito a montante, da necessidade de mudança. Mudança esta empírica e globalmente reconhecida pelas atuais políticas educativas, mas que, em meu entender, teima em não acontecer, em não se efetivar.

Por um lado, cumprir um rigoroso currículo do qual depende a realização de exames nacionais de avaliação, adequado à verificação dos saberes gerais – inserido no plano cognitivo – e, por outro, fundamental, a contextualização inerente do ensinar e aprender, respeitando as experiências, conhecimentos e interesses dos alunos, com base em aprendizagens que se inscrevem tanto no plano cognitivo como no socioafetivo. Dilema, este, que se agudiza com as novas políticas educativas que tentam ir ao encontro do perfil do aluno para o séc. XXI.

Este estudo pretende encontrar respostas, numa realidade e contexto escolar específicos, focando-se no seguinte problema: os exames nacionais desviam os professores daquilo que consideram ser a sua identidade profissional?

Esta é uma questão que, para ser respondida, mobiliza outras questões, também elas essenciais, nomeadamente: qual a perceção dos professores face à influência que a avaliação externa detém nas práticas pedagógicas? Que estratégias de ensino predominam em anos de escolaridade sujeitos a avaliação externa? Que dilemas, questões éticas e deontológicas se colocam aos professores quando dão aulas em anos sujeitos a exame nacional?

Neste contexto, esta investigação tem como objetivo compreender se a avaliação externa exerce uma influência efetiva na identidade profissional docente.

2.2. Natureza do estudo

A metodologia deste projeto insere-se num modelo de investigação qualitativo exploratório. Amado (2014) refere que:

(...) há estudos de natureza exploratória, recorrendo de preferência a diversas modalidades de entrevista, a realizar sobre uma ‘amostra’ não estatística de sujeitos (que têm em comum determinada particularidade ou experiência de vida, sendo por isso socialmente representativos) dando-se origem, assim, a uma estratégia simplificada, que designamos por ‘descritivo-interpretativa’ (...) (p.118)

Tendo em conta a aproximação de natureza exploratória que se pretende ter, o desenvolvimento do estudo a partir de inquéritos por entrevista será um dos principais esteios para a investigação a ser efetuada.

O objetivo passa por colher as percepções dos professores sobre de que modo a condicionante avaliação externa interfere na identidade e no desempenho docente, refletindo sobre a (co)responsabilidade da mesma na escolha de determinadas estratégias de ensino para o almejado sucesso na aprendizagem e até que ponto se criam constrangimentos no exercício pleno da profissão docente.

Os resultados revelam tendências e não são generalizáveis (Garque, 2007), isto é, apesar da natureza indutiva da metodologia utilizada, pretende-se, essencialmente, identificar os pontos nevrálgicos partilhados por diferentes professores, isto é, pontos que constituam as pistas fundamentais no desenvolvimento da nossa reflexão.

2.3. Caracterização dos sujeitos do estudo

Este estudo incidiu sobre um conjunto de sujeitos não escolhidos ao acaso, mas em função dos objetivos e características específicas da investigação. Os participantes foram exclusivamente professores que lecionam disciplinas sujeitas a exame nacional e que exercem funções em duas escolas de ensino privado diferentes. Assim, de uma das escolas (doravante designada por escola A) foram selecionados professores (doravante designados por P) das disciplinas de Matemática, Português, Física e Química, Filosofia e da outra escola (doravante designada por escola B) das disciplinas de Geometria Descritiva, Física e Química, Economia, Biologia e Geologia e Geografia. A caracterização sumária dos sujeitos encontra-se representada na figura 1.

Fig. 1 . Caracterização sumária dos sujeitos selecionados para o estudo



Fonte: elaboração própria

A opção por desenvolver o estudo com docentes do ensino privado prendeu-se com o facto de, neste tipo de instituições, os professores sentirem uma maior pressão, por parte das famílias e das próprias escolas, para contribuir para um bom desempenho dos alunos nos exames nacionais.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Perceções sobre a influência dos exames nacionais na forma de planificar, ensinar e avaliar

A unanimidade dos professores entrevistados considera que os exames nacionais exercem uma forte influência na atividade docente, tanto na forma de planificar, como no modo de ensinar e avaliar. Assim, não deixa de ser curioso que, logo a montante, nomeadamente na planificação das aulas, se note a forte influência dos exames. Esta condição, desde logo, materializa-se quando os professores procedem à escolha dos conteúdos a lecionar, sobrevalorizando os que tendem a ser avaliados em exame e desvalorizando, ou mesmo eliminando, aqueles que não o são. De referir que esta opção não é muitas vezes consentânea com aquilo que o professor acredita ser o melhor para os alunos.

Tudo é virado e direcionado para preparar alunos para isso [exames] – AP1

(...) ir ao encontro daquilo que o exame pede porque é para isso que nós estamos formatados – AP2

Eu dou aulas em função do exame nacional. Ponto. – AP3

Há partes do programa que eu passo um pouco ao lado porque sei que não fazem parte do exame (...) – BP1

Como já referido anteriormente, a plena convivência entre uma aprendizagem de qualidade, com a respetiva orientação dada pelo currículo, e os resultados da avaliação externa continua a ser questionável e alvo de alguns constrangimentos.

Já no que diz respeito à prática letiva propriamente dita, não deixa ser curioso a comunhão de expressões referidas pelos professores, deixando antever uma uniformidade de práticas pedagógicas independentemente da área curricular. Assim, termos como repetição, padrão, receita, treino e mecanização foram referidos por

diferentes professores. Esta padronização encontra-se, claramente, refletida em práticas letivas que apelam à mecanização na resolução de exercícios do tipo dos exames. O professor demonstra como principal preocupação garantir que o aluno se encontre preparado para um bom desempenho em exame nacional.

(...) há alturas em que aquilo [aulas] é exercícios, exercícios, repetição. – AP1

(...) formatação para exame obriga-nos a um padrão. – AP2

(...) mas na nossa prática acabamos sempre por nos guiar por ali porque sabemos que aquilo tem resultado, é a receita e nós vamos seguindo a receita – AP2

Ajudá-los com as táticas, como treinadora – BP3

(...) o raciocínio está desenvolvido para poder treinar o tal treino mecânico para exame – BP4

É incontornável reparar que nas expressões utilizadas pelos professores se encontra subjacente ou mesmo explicitamente o conceito de “treino”, como se se tratasse de um jogo marcado para um determinado momento. Impõe-se colocar a seguinte questão: atualmente será que um bom professor não é nada mais nada menos que um bom treinador?

A coerência entre a nota interna e a obtida em exame nacional parece ser uma das principais preocupações dos professores que tendem, logo à partida, – com a construção de testes tipo exame – a avaliar o aluno de acordo com os critérios e parâmetros exigidos em exame nacional.

(...) vai ser comparado sempre a nota que nos atribuímos com a nota que ele vai ter em exame – AP1

(...) os testes já são pensados e feitos com estrutura de exame – BP1

O receio de não haver uma diferença tão grande entre nota de frequência e a nota de exame. – BP4

A expectativa sobre a conciliação destes resultados tende a recair sobre o professor, aumentando a sua responsabilização e pressão no processo de avaliação.

Em modo de síntese refira-se que os exames, ao influenciarem o modo como o professor avalia o aluno, tornam-se necessariamente num fator de exclusão, pois não deixam espaço para uma avaliação equitativa que garanta uma aprendizagem e evolução diferenciada dos alunos.

3.2. Influência dos exames nacionais na identidade profissional dos professores

Os exames influenciam a identidade profissional dos docentes. Este é um indicador que surge explícita e unanimemente nos testemunhos de todos os professores entrevistados. Ora, sendo a influência dos exames na identidade profissional docente o grande foco desta investigação, será, naturalmente, de destacar o facto de todos os entrevistados, sem exceção, referirem que enquanto professores de anos de escolaridade sujeitos a exame nacional, se sentem mais distantes dos seus ideais de professor.

(...) sinto-me cada vez mais afastada daquilo que eu quero ser. Acho que não é este o caminho da educação. Não pode ser. Estar só a preparar miúdos. Parece que estamos a fazer bolos. Sempre a mesma forma. – AP1

Foge um bocadinho desse ideal, porque nós aqui estamos com aquela padronização de fazer tudo de forma igual. – AP2

Mais distante, porque a margem de manobra não é grande, ou seja, não posso fazer as coisas à minha maneira. – AP5

(...) numa [em turmas com exame] é a ‘castradinha’ (...) na outra [sem exame] é criar... é ser professora. – BP3

(...) sinto que me estou a distanciar daquilo que eu acho que é o meu ideal de professor, mas sinto-me profissional a cumprir com aquilo que o sistema me pede. – AP4

Não somos alheios ao modo como as organizações escolares podem impor um padrão, anulando ou, pelo menos, diluindo a individualidade de cada professor e, conseqüentemente, a sua própria identidade profissional. No entanto, não será um equívoco no sentido do próprio professor se esconder neste registo para não ter que mobilizar decisões pedagógicas mais amplas e sustentadas?

Assim sendo, é incontornável a seguinte reflexão: será que o exercício da profissão docente tende a reger-se, quase exclusivamente, pela assunção por parte dos docentes de que são obrigados pelo sistema a desistir das suas convicções pedagógicas em prol de um ensino para o exame?

Para Alves e Raposo (2013, p.28), “Os professores são um produto das escolas onde trabalham, e são também, simultaneamente, produtores dos seus próprios contextos de trabalho.”

Ainda nesta categoria de análise de dados, outro indicador surge com uma clarividência que exige, a nosso ver, uma intensa e cuidada reflexão. Os professores sentem-se pressionados quando lecionam anos de exame. De facto, de oito dos dez professores entrevistados ao responderem à pergunta - “Como se sente enquanto profissional quando leciona anos de exame?” - utilizaram expressões que remetem para um estado emocional de elevada pressão e responsabilidade. Sendo professores de instituições privadas, estes sentimentos agudizam-se, pois, os resultados obtidos pelos alunos nos exames, poderão fazer parte da avaliação de desempenho docente, ainda que de um modo informal.

Literalmente, à prova [enquanto professor que leciona anos de exame] – AP1

Pressionada (...) não devia, mas infelizmente está a acontecer isso [validação do desempenho em função dos exames] – AP5

Pressionada. Com grande peso de responsabilidade – BP1

Stressada, ansiosa, igualzinha aos alunos. Com receio que se chegue ao fim e não consiga. – BP4

Em stress constante. – BP5

Parece-nos que os exames nacionais suscitam muitas preocupações. No entanto, de igual modo, parece-nos que as principais preocupações pouco se encontram ligadas à componente relacionada com a qualidade das aprendizagens. Assim sendo, é incontornável não atendermos à pressão que os exames colocam, não apenas nos alunos, mas também nos professores, sendo que é uma pressão que não se afigura como particularmente positiva.

4. Conclusões

Sabemos que a avaliação externa é, atualmente, um facto da nossa organização escolar. Não foi propósito desta investigação questionar a sua legitimidade, mas sim deixar bem claro que a relação entre avaliação externa e a identidade profissional docente. Assim, nesta sùmula da investigação pretendemos tentar dar resposta aos objetivos definidos, tendo como base o encontro entre o referencial teórico e os dados resultantes do estudo empírico. Assim, enunciamos, em modo de síntese, as possíveis conclusões deste estudo:

- Os docentes percebem os exames como condicionantes de elevado relevo no modo orientam as suas práticas e metodologias, e portanto, são unânimes em considerar que se sentem mais distantes das suas ideologias pedagógicas.
- Existe uma clara padronização e uniformização das estratégias pedagógicas – mecanização na resolução de exercícios tipo exame – independentemente da área curricular do professor.
- Os professores tendencialmente utilizam o exame nacional como documento orientador para planificar as suas aulas, sobrevalorizando os conteúdos e as competências que tendem a ser avaliados em exame e desvalorizando ou mesmo eliminando aqueles que não o são
- A relação entre avaliação externa e a identidade profissional docente, ao contrário daquilo que seria expectável e desejável, é, muitas vezes, sentida como uma união forçada entre dois corpos estranhos e, aparentemente, de naturezas distintas e até paradoxais.

De referir que as conclusões desta investigação centram-se nas perspetivas dos participantes no estudo, não tendo a intenção de generalizar, mas sim dar significado e interpretação aos acontecimentos numa via que pretende, acima de tudo, convidar à reflexão. Deste modo, parece-nos incontornável deixar as seguintes questões como um desafio a futuras investigações:

- Não será, simplesmente, um equívoco que as decisões pedagógicas dos professores pareçam estar totalmente condicionadas pelo fator “exame nacional”, ajudando a legitimar a permanência dos professores numa contínua e rotineira zona de conforto?
- Como podem os professores “abrir mão” das suas crenças pedagógicas em prol de um exame – único fator a fazer a diferença?
- Como poderão os exames nacionais cumprir com o devido papel de certificação de aprendizagens sem coartar, em concomitância, a tão desejada liberdade pedagógica que o professor reclama?

Acreditamos que a mudança estará numa progressiva transformação das escolas em organizações aprendentes que se constituam como comunidades de aprendizagem profissional nas quais a identidade docente se construa a partir de uma constante monitorização das práticas pedagógicas, rumo à sua otimização e não a partir de fatores externos que tantas vezes são usados para legitimar uma constante (e preocupante) desprofissionalização docente.

5. Referências

- Alves, J., Raposo, A. (2013). Professores e contextos de trabalho: traços da ação docente na transição para um novo modelo de gestão. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 13, pp. 27-47.
- Alves, J. (2008). *Os Exames do Ensino Secundário como dispositivos de regulação das aspirações – A ficção meritocrática, a organização da hipocrisia, e as ações insensatas* Porto: Universidade Católica Editora
- Amado, J., Freire, I. (2014). *Estratégias Gerais de Investigação: Natureza e Fundamentos. Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, D. (2007). A avaliação das aprendizagens no Sistema Educativo Português. *Educação e Pesquisa*, 33(3), 581-600.
- Garque, K.C.G.D (2007). Teoria Fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: Muller, S.P.M (org.) *Métodos para a pesquisa em ciências da informação* (p. 107-142). Brasília: Theasaurus
- MEC - Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/noticias/perfil-dos-alunos-saida-da-escolaridade-obrigatoria-0>
- MEC - Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho. *Aprendizagens Essenciais do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- Roldão, M. (2005). Formação de professores, construção do saber profissional e cultura da profissionalização: que triangulação? In M. C. Roldão & L. Alonso (Coord.), *Ser professor do 1º ciclo: construindo a profissão* (p. 13-25). Coimbra: Edições Almedina.
- Ventura, G. (2014). *Seminário Avaliação Externa e Qualidade das Aprendizagens: Painel Avaliação Externa e Práticas Docentes* (p. 90-95). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.